

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja itens que avaliem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

O conceito de discriminação usualmente leva à sensação de medida negativa, que causa prejuízo a alguém. Trata-se, efetivamente, do conceito de discriminação sob o aspecto prejudicial, ou, do ponto de vista jurídico, ilícito, do instituto.

Em breve síntese, a discriminação consiste em tratar de maneira diferente determinada pessoa por motivo não justificável. A discriminação vedada é aquela que, como regra, encontra proibição legal e causa prejuízo à pessoa discriminada.

O *caput* do artigo 5.º da Constituição Federal de 1988 dispõe que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Esse dispositivo revela a importância da *status* da igualdade entre as pessoas e, conseqüentemente, entre os trabalhadores. Evidentemente, conduta em sentido contrário constitui ilícito, excepcionadas as hipóteses de ações afirmativas.

Explica-se: a discriminação, por si só, não é necessariamente medida reprovável. Pode constituir, inclusive, ação afirmativa a que os sujeitos podem estar obrigados pelo direito. Exemplo disso é a discriminação em favor das pessoas com deficiência, ao se estabelecer cota mínima a ser preenchida por elas.

No âmbito das relações de trabalho, algumas situações são mais comuns no que se refere à discriminação: discriminação pelo sexo, pela idade, pela etnia, pela orientação sexual. Nesse contexto, a conduta discriminatória que não pode ser admitida é aquela que trata de maneira distinta os trabalhadores, sem qualquer justificativa ou causa lícita para tanto, preterindo determinada classe de pessoas por motivos totalmente injustificáveis e que não guardam qualquer relação com o tipo de trabalho desenvolvido.

Internet: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/>> (com adaptações).

Acerca de aspectos linguísticos do texto apresentado e das ideias nele veiculadas, julgue os itens que se seguem.

- 1 Defende-se, no texto, o emprego do termo “discriminação” com viés exclusivamente negativo, a fim de se evitar que se confundam as ações afirmativas com atos discriminatórios.  
**JUSTIFICATIVA - Errado.** Nos parágrafos iniciais do texto, explica-se o uso do termo “discriminação” com diferentes cargas semânticas, mas sem se argumentar favorável ou contrariamente ao uso de qualquer uma delas.
- 2 Infere-se da leitura do texto que existem situações em que é lícito tratar as pessoas de modo diferenciado.  
**JUSTIFICATIVA - Certo.** É o caso das ações afirmativas, mencionadas no quarto parágrafo: “Esse dispositivo revela a importância do status da igualdade entre as pessoas e,

conseqüentemente, entre os trabalhadores. Evidentemente, conduta em sentido contrário constitui ilícito, excepcionadas as hipóteses de ações afirmativas”.

- 3 Embora o texto trate de discriminação em geral, observa-se que a organização de suas ideias progride no sentido de enfocar o tema em um contexto mais específico, o das relações trabalhistas.  
**JUSTIFICATIVA - Certo.** A partir do quarto parágrafo, trata-se mais especificamente de discriminação no âmbito trabalhista.
- 4 Entende-se da leitura do primeiro parágrafo do texto que o termo “instituto” remete ao conjunto das normas legais que embasa o “ponto de vista jurídico”.  
**JUSTIFICATIVA - Errado.** No primeiro parágrafo, o termo “instituto” é empregado em referência ao conceito de discriminação.
- 5 A coerência das ideias do texto e sua correção gramatical seriam mantidas caso se substituísse o trecho “por motivo não justificável” (primeiro período do segundo parágrafo) por **injustificadamente**.  
**JUSTIFICATIVA - Certo.** No texto, a expressão “por motivo não justificável” funciona como adjunto adverbial de “tratar”. A palavra “injustificado”, da qual deriva o advérbio “injustificadamente”, tem o sentido de não justificado, que não teve ou não tem justificação. Sendo assim, a substituição proposta no item está em consonância com as ideias veiculadas no texto, além de ser gramaticalmente correta.
- 6 Mantendo-se os sentidos do texto e sua correção gramatical, o trecho “Explica-se: a discriminação, por si só, não é necessariamente medida reprovável” (primeiro período do quinto parágrafo) poderia ser reescrito da seguinte forma: **Explica-se que atos discriminatórios, por si só, não são necessariamente medidas reprováveis**.  
**JUSTIFICATIVA - Errado.** A substituição dos dois-pontos pelo conectivo “que” implicaria alteração do sentido original do texto. Além disso, a correção gramatical seria prejudicada pela falta de concordância de número entre “só” e “atos discriminatórios”.
- 7 A correção gramatical, a coesão e a coerência das ideias do texto seriam mantidas caso o sinal de dois-pontos empregado após “discriminação” (primeiro período do último parágrafo) fosse substituído por uma vírgula.  
**JUSTIFICATIVA - Errado.** A substituição dos dois-pontos por vírgula prejudicaria as relações coesivas originalmente estabelecidas entre os termos, visto que a exemplificação que é dada no texto original não seria explicitada com o emprego da vírgula.

8 Em “a que os sujeitos podem estar obrigados pelo direito” (segundo período do quinto parágrafo), o emprego da preposição “a” justifica-se pela regência do termo “obrigados”.

JUSTIFICATIVA - Certo. É o termo “obrigados” que exige a preposição “a” na oração: os sujeitos podem estar obrigados a uma ação afirmativa.

Julgue os itens seguintes, relativos à organização do Distrito Federal e de seus Poderes, de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF).

9 Caso o governador deixe de prestar suas contas anuais, o TCDF deverá proceder à tomada de contas do chefe do Poder Executivo, comunicando esse fato à Câmara Legislativa do DF.

JUSTIFICATIVA - Errado. Compete à Câmara Legislativa do DF, e não ao TCDF, proceder à tomada de contas do governador, quando elas não forem apresentadas no prazo regulamentar. É o que dispõe o art. 60, XIII, da LODF.

10 O TCDF tem competência para dar início ao processo legislativo de lei ordinária que verse sobre a sua organização, não lhe sendo atribuída, contudo, a mesma prerrogativa em relação às leis complementares. JUSTIFICATIVA - Errado. O item está errado por duas razões. Primeiro, a organização do TCDF deve ser disciplinada por lei complementar, e não por lei ordinária, conforme dispõe o art. 75, parágrafo único, I, da LODF. Segundo, o TCDF também possui iniciativa legislativa para lei complementar em relação a matérias interna *corporis*, de acordo com o art. 71, IV, da LODF.

11 Ao DF são atribuídas as competências legislativas reservadas aos estados e aos municípios, já que a competência residual do DF é restrita aos casos que a Constituição Federal de 1988 autorizar.

JUSTIFICATIVA - Errado. A segunda parte do item está errada. Nos termos do art. 14 da LODF, o DF poderá exercer todas as competências legislativas que não lhe sejam vedadas pela CF, ou seja, a competência residual é ampla e independe de autorização constitucional, estando limitada apenas no caso de vedação constitucional.

12 Compete privativamente ao DF dispor sobre a organização do quadro de servidores do TCDF e sobre a instituição dos seus planos de carreira.

JUSTIFICATIVA - Certo. Nos termos do art. 15, XIII, da LODF, compete privativamente ao Distrito Federal “dispor sobre a organização do quadro de seus servidores; instituição de planos de carreira, na administração direta, autarquias e fundações públicas do Distrito Federal; remuneração e regime jurídico único dos servidores;”. Considerando-se que o TCDF compõe a administração pública direta do DF, a competência acima se estende a seus servidores.

13 Todo agente público, qualquer que seja sua categoria ou a natureza do seu cargo, emprego ou função, é obrigado a declarar seus bens no ato de sua posse, exoneração ou aposentaria.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva versa sobre uma relevante obrigação imposta, indistintamente, a todos os agentes públicos do DF como mecanismo de controle e prevenção do enriquecimento

ilícito e lesão ao erário. A regra está prevista no art. 19, XXI, da LODF.

Com base na Lei Complementar distrital n.º 840/2011, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais, julgue os itens a seguir.

14 Não se pune na esfera administrativa o servidor público que tenha sido absolvido na esfera penal por falta de provas em decisão judicial transitada em julgado.

JUSTIFICATIVA - Errado. A regra da dependência das instâncias só se aplica caso a decisão penal absolutória reconheça a inexistência do fato ou da autoria, nos termos da LC n.º 840/2011:

“Art. 181. O servidor responde penal, civil e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

§ 1.º As sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se, sendo independentes entre si.

§ 2.º A responsabilidade administrativa do servidor é afastada no caso de absolvição penal que negue a existência do fato ou sua autoria, com decisão transitada em julgado.”.

15 As carreiras e os respectivos cargos de provimento efetivo serão criados por decreto, o qual deverá fixar, entre outros aspectos, os critérios de capacitação, o regime e a jornada de trabalho dos servidores.

JUSTIFICATIVA - Errado. A criação das carreiras e de seus respectivos cargos de provimento efetivo deve ser feita por meio de lei formal aprovada pela Câmara Legislativa do DF, nos termos do art. 55 da LC n.º 840/2011.

16 Constitui infração disciplinar leve o ato comissivo e doloso do servidor público de utilizar indevidamente a sua identificação funcional em ilegítimo benefício próprio, podendo, nesse caso, ser aplicada ao servidor a penalidade de advertência ou, caso as circunstâncias assim o justificarem, de suspensão de até trinta dias.

JUSTIFICATIVA - Certo. A conduta indicada enquadra-se como infração leve e sujeita o servidor à penalidade de advertência ou suspensão, nos seguintes termos da LC n.º 840/2011:

“Art. 187. A infração disciplinar decorre de ato omissivo ou comissivo, praticado com dolo ou culpa, e sujeita o servidor às sanções previstas nesta Lei Complementar.

(...)

Art. 190. São infrações leves:

(...)

XV usar indevidamente a identificação funcional ou outro documento que o vincule com o cargo público ou função de confiança, em ilegítimo benefício próprio ou de terceiro.

Art. 199. A advertência é a sanção por infração disciplinar leve, por meio da qual se reprova por escrito a conduta do servidor.

Parágrafo único. No lugar da advertência, pode ser aplicada, motivadamente, a suspensão até trinta dias, se as circunstâncias assim o justificarem.”.

17 O regime de trabalho do servidor efetivo não ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança será, em regra, de 30 horas semanais, podendo ser ampliado para 40 horas semanais, desde que a ampliação seja do interesse da administração pública e haja anuência do servidor, observando-se a proporcionalidade salarial.

JUSTIFICATIVA - Certo. O art. 57 da LC n.º 840/2011 estabelece como regra a jornada de 30 horas, podendo ocorrer ampliação nos seguintes termos:

“Art. 57. Salvo disposição legal em contrário, o servidor efetivo fica sujeito ao regime de trabalho de trinta horas semanais.

§ 1.º No interesse da administração pública e mediante anuência do

servidor, o regime de trabalho pode ser ampliado para quarenta horas semanais, observada a proporcionalidade salarial.

Art. 58. O servidor ocupante de cargo em comissão ou no exercício de função de confiança tem regime de trabalho de quarenta horas semanais, com integral dedicação ao serviço.”.

- 18 Os servidores estáveis e os que estejam em estágio probatório fazem jus à gratificação por encargo de curso ou concurso caso participem, em caráter eventual, de comissão de concurso público para correção de provas discursivas.

JUSTIFICATIVA - Errado. A gratificação por encargo de curso ou concurso só pode ser recebida pelos servidores que já tiverem adquirido a estabilidade no serviço público, nos termos do art. 100 da LC n.º 840/2011.

O Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (COARIDE) é um instrumento de governança e espaço de interação interfederativo, com foco no desenvolvimento econômico e social. Acerca desse conselho e da organização da RIDE, julgue os próximos itens, conforme o disposto no Decreto federal n.º 7.469/2011.

- 19 Na composição do COARIDE, incluem-se um representante do Distrito Federal, um do estado de Goiás e um do estado de Minas Gerais, indicados pelo conjunto de prefeitos dos respectivos municípios integrantes da RIDE.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nos termos do art. 4.º, XII, do Decreto federal n.º 7.469/2011, o COARIDE é composto por três representantes do Distrito Federal, um do estado de Goiás e um do estado de Minas Gerais, indicados pelos respectivos governadores.

- 20 Se um município que constitui a RIDE for desmembrado, os novos municípios resultantes integrarão automaticamente a RIDE. JUSTIFICATIVA - Certo. Decreto federal n.º 7.469/2011: “Art. 1.º (...) § 2.º Integram-se automaticamente à RIDE os Municípios que vierem a ser constituídos em virtude de desmembramento de Município mencionado no § 1.º.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Distrito Federal tem uma proporção de cerca de 91 homens para cada grupo de 100 mulheres. Elas são a maioria da população do Distrito Federal, mas enfrentam situações de desigualdade, o que aponta para a necessidade de políticas públicas voltadas para as mulheres.

Considerando essas informações, a realidade atual do DF e o Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (PDPM), julgue os seguintes itens.

- 21 No PDPM, está previsto o objetivo de promover o acesso e a assistência às mulheres no planejamento reprodutivo, no pré-natal, no parto, no puerpério e no acompanhamento da primeira infância, o que representa exemplo de compromisso do DF com políticas de planejamento reprodutivo, em que a mulher é assistida e decide sobre a maternidade, sua saúde reprodutiva e o uso de métodos contraceptivos.

JUSTIFICATIVA - Certo. O objetivo descrito no item faz parte do Eixo 3 – Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos, do PDPM. Parte das políticas de atenção primária, o programa saúde da mulher envolve todos os cuidados relacionados à saúde da mulher prestados nas UBS, como o direito sexual, o planejamento reprodutivo, a prevenção dos cânceres de mama e de colo de útero e a promoção do parto natural e humanizado. São ofertados métodos contraceptivos, como anticoncepcionais orais, minipílulas de progestógeno, injetáveis, DIU de cobre, preservativos, contracepção de emergência e laqueadura (método

cirúrgico). No caso das mulheres que desejam ter filhos ou estão grávidas, o programa saúde da mulher disponibiliza acompanhamento em todo o ciclo gestacional, até o puerpério, com auxílio na amamentação.

- 22 O PDPM prevê o incremento do número de mulheres atendidas por meio de processos de formação profissional e ação empreendedora nos programas e projetos de desenvolvimento da autonomia econômica.

JUSTIFICATIVA - Certo. Trata-se de um dos objetivos específicos do Eixo I Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, do PDPM.

- 23 No DF, mesmo com o aumento do nível de escolaridade das mulheres, nos últimos anos cresceu a diferença de remuneração entre os sexos, tendo piorado as desigualdades de gênero relacionadas a emprego, salário e renda.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo pesquisa do IPDF (2023), há diferença de remuneração entre os sexos, contudo, quanto maior o nível de escolaridade, menor é essa diferença. A PNAD/IBGE mostrou que essa diferença diminuiu nos últimos anos. Ambas as pesquisas, porém, evidenciaram que o rendimento médio mensal das mulheres ainda está abaixo do recebido pelos homens, retrato que foi observado em todas as regiões administrativas, com pouquíssimas exceções.

Acerca da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), julgue os itens a seguir, com base em seus dispositivos e na jurisprudência dos tribunais superiores.

- 24 A Lei Maria da Penha prevê um tipo penal específico para o autor da violência doméstica que descumprir as medidas protetivas de urgência impostas pelo juiz.

JUSTIFICATIVA - Certo. O tipo penal foi inserido em 2018, incluído pela Lei n.º 13.641 e integra o artigo 24-A da Lei Maria da Penha, senão vejamos:

“Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos.

§ 1.º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.

§ 2.º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.

§ 3.º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis.”

- 25 A aplicação da Lei Maria da Penha estende-se a mulheres trans.

JUSTIFICATIVA - Certo. O entendimento já está consolidado desde o julgamento pelo STJ do REsp 1977124/SP RECURSO ESPECIAL 2021/0391811-0. RECURSO ESPECIAL. MULHER TRANS. VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. APLICAÇÃO DA LEI N. 11.340/2006, LEI MARIA DA PENHA. CRITÉRIO EXCLUSIVAMENTE BIOLÓGICO. AFASTAMENTO. DISTINÇÃO ENTRE SEXO E GÊNERO. IDENTIDADE. VIOLÊNCIA NO AMBIENTE DOMÉSTICO. RELAÇÃO DE PODER E MODUS OPERANDI. ALCANCE TELEOLÓGICO DA LEI. MEDIDAS PROTETIVAS. NECESSIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. A aplicação da Lei Maria da Penha não reclama considerações sobre a motivação da conduta do agressor, mas tão somente que a vítima seja mulher e que a violência seja cometida em ambiente doméstico, familiar ou em relação de intimidade ou afeto entre agressor e agredida.

2. É descabida a preponderância, tal qual se deu no acórdão impugnado, de um fator meramente biológico sobre o que realmente importa para a incidência da Lei Maria da Penha, cujo

arcabouço protetivo se volta a julgar autores de crimes perpetrados em situação de violência doméstica, familiar ou afetiva contra mulheres. Efetivamente, conquanto o acórdão recorrido reconheça diversos direitos relativos à própria existência de pessoas trans, limita à condição de mulher biológica o direito à proteção conferida pela Lei Maria da Penha.

3. A vulnerabilidade de uma categoria de seres humanos não pode ser resumida tão somente à objetividade de uma ciência exata. As existências e as relações humanas são complexas e o Direito não se deve alicerçar em argumentos simplistas e reducionistas.

4. Para alicerçar a discussão referente à aplicação do art. 5º da Lei Maria da Penha à espécie, necessária é a diferenciação entre os conceitos de gênero e sexo, assim como breves noções de termos transexuais, transgêneros, cisgêneros e travestis, com a compreensão voltada para a inclusão dessas categorias no abrigo da Lei em comento, tendo em vista a relação dessas minorias com a lógica da violência doméstica contra a mulher.

5. A balizada doutrina sobre o tema leva à conclusão de que as relações de gênero podem ser estudadas com base nas identidades feminina e masculina. Gênero é questão cultural, social, e significa interações entre homens e mulheres. Uma análise de gênero pode se limitar a descrever essas dinâmicas. O feminismo vai além, ao mostrar que essas relações são de poder e que produzem injustiça no contexto do patriarcado. Por outro lado, sexo refere-se às características biológicas dos aparelhos reprodutores feminino e masculino, bem como ao seu funcionamento, de modo que o conceito de sexo, como visto, não define a identidade de gênero. Em uma perspectiva não meramente biológica, portanto, mulher trans mulher é.

6. Na espécie, não apenas a agressão se deu em ambiente doméstico, mas também familiar e afetivo, entre pai e filha, eliminando qualquer dúvida quanto à incidência do subsistema da Lei n. 11.340/2006, inclusive no que diz respeito ao órgão jurisdicional competente - especializado - para processar e julgar a ação penal.

7. As condutas descritas nos autos são tipicamente influenciadas pela relação patriarcal e misógina que o pai estabeleceu com a filha. O modus operandi das agressões - segurar pelos pulsos, causando lesões visíveis, arremessar diversas vezes contra a parede, tentar agredir com pedaço de pau e perseguir a vítima - são elementos próprios da estrutura de violência contra pessoas do sexo feminino. Isso significa que o modo de agir do agressor revela o caráter especialíssimo do delito e a necessidade de imposição de medidas protetivas.

8. Recurso especial provido, a fim de reconhecer a violação do art. 5º da Lei n. 11.340/2006 e cassar o acórdão de origem para determinar a imposição das medidas protetivas requeridas pela vítima L. E. S. F. contra o ora recorrido.

(REsp n. 1.977.124/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 5/4/2022, DJe de 22/4/2022.).

- 26 A aplicação da Lei Maria da Penha é condicionada à prática de violência física contra a mulher.

JUSTIFICATIVA - Errado. No artigo 5º, *caput*, da Lei Maria da Penha, é empregada, de forma explícita, a partícula “ou” no rol de consequências de violências para a configuração da lei, indo para além da violência física, senão vejamos:

“Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero **que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:**” (GRIFO NOSSO)

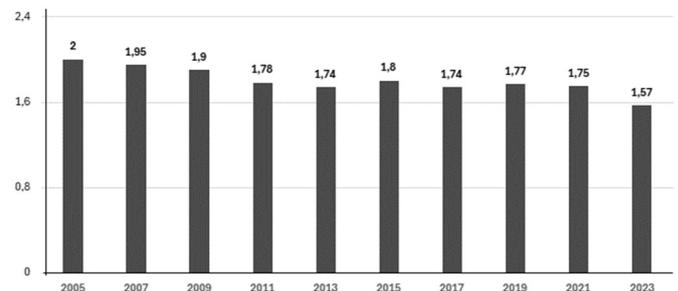
Além disso, no artigo 7º, são elencados outros quatro tipos de violência para a configuração da lei, para além da física, a saber: violência psicológica, patrimonial, sexual e moral.

- 27 Nas ações relativas a todos os crimes previstos na Lei Maria da Penha, a ofendida pode, a qualquer tempo, exercer seu direito de renúncia à representação.

JUSTIFICATIVA - Errado. A ofendida somente poderá exercer direito a renúncia nas ações públicas condicionadas à representação. Vide art. 16 da Lei n.º 11.340/2006:

“Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.” (Vide ADI 7267)

O Brasil segue a tendência mundial de diminuição da taxa de fecundidade. Em 2000, no país, essa taxa era de 2,32 filhos por mulher, tendo, em 2023, atingido seu menor valor, 1,57 filho por mulher. No gráfico a seguir, elaborado a partir de dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode-se observar a variação da taxa de fecundidade no Brasil ao longo dos anos (estimativa do número de filhos nascidos vivos por mulher, ao final de seu período reprodutivo).



Com base nessas informações, e considerando que a média da sequência de dados no gráfico seja igual a  $\mu = 1,8$  e que sua variância seja igual a  $\sigma^2 = 0,014$ , julgue os itens seguintes.

- 28 O valor do coeficiente de variação (ou coeficiente de variação de Pearson) é inferior a 7%, o que indica uma dispersão baixa dos dados dessa sequência.

JUSTIFICATIVA - Certo. O coeficiente de variação é dado por  $CV = \sigma/M \times 100 = 0,11/1,8 \approx 6,2 < 7\%$

- 29 A moda dessa sequência de dados é 10% superior à sua média.

JUSTIFICATIVA - Errado. A moda é igual a  $1,74 < 1,8$ .

- 30 O desvio padrão é inferior a 0,11, o que indica uma variação baixa dos dados em relação à média.

JUSTIFICATIVA - Errado. O desvio padrão é a raiz quadrada da variância. Assim,  $\sigma = \sqrt{0,014} > 0,11$ .

- 31 A mediana dessa sequência de dados é inferior à sua média.

JUSTIFICATIVA - Certo. Reordenando-se os 10 dados em ordem decrescente, obtém-se: 2, 1,95, 1,9, 1,8, 1,78, 1,77, 1,75, 1,74, 1,74, 1,57. A mediana é obtida por  $Md = (1,78 + 1,77)/2 = 1,775 < 1,8$ .

Julgue os próximos itens, relativos à seguinte proposição *P*: “Defendo causas ruins com bons argumentos, mas não boas causas com argumentos ruins.”.

- 32 Considere um argumento que, além da proposição *P*, tenha também como premissa a seguinte proposição: “Se eu defender boas causas com argumentos ruins, serei derrotado.”. Nesse caso, o argumento será válido se tiver como conclusão a sentença “Não serei derrotado.”.

JUSTIFICATIVA - Errado. A proposição *P*, tomada como premissa, implica a falsidade do precedente da outra premissa, incluída no argumento na hipótese do item. A falsidade do precedente permite, mantendo-se a veracidade de tal premissa, tanto a veracidade quanto a falsidade do consequente. Como a conclusão

---

é a negação do consequente, tal conclusão pode ser falsa, o que significa que o argumento não é válido.

- 33 A tabela-verdade da proposição  $P$  possui duas linhas.  
JUSTIFICATIVA - Errado. A proposição  $P$  é composta por duas proposições simples, de modo que sua tabela-verdade possui  $2^2 = 4$  linhas.
- 34 A proposição  $P$  é equivalente à negação de “Se defendo causas ruins com bons argumentos, então defendo boas causas com argumentos ruins.”.  
JUSTIFICATIVA - Certo. A proposição do item tem estrutura  $p \rightarrow q$ , cuja negação é dada pela equivalência  $\sim(p \rightarrow q) \Leftrightarrow p \wedge \sim q$ , esta última exatamente com a forma da proposição  $P$ .
- 35 A negação da proposição  $P$  pode ser expressa por “Não defendo causas ruins com bons argumentos, ou defendo boas causas com argumentos ruins.”.  
JUSTIFICATIVA - Certo. A proposição  $P$  tem estrutura  $p \wedge q$ , cuja negação pode ser expressa por  $\sim p \vee \sim q$ .
-

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Julgue os itens seguintes, relativos à administração pública — do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático —, ao empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público, à gestão por resultados na produção de serviços públicos e à governabilidade e governança.

**36** A governança refere-se, entre outros aspectos, à capacidade dos poderes públicos de intermediar os interesses da sociedade civil.

**JUSTIFICATIVA - Errado.** A governabilidade refere-se às condições materiais do exercício do poder, à legitimidade e sustentação política dos governos para levar a cabo seu programa, ou para formular estratégias de desenvolvimento de longo prazo, ou ainda à capacidade dos poderes públicos de intermediar os interesses da sociedade civil, de articular coalizões políticas entre partidos e grupos sociais que apoiem o plano de governo. Governança, por outro lado, tem a ver com os aspectos mais adjetivos ou instrumentais do exercício do poder, seu fator determinante já não reside no apoio dos cidadãos, mas na competência dos administradores e servidores públicos no cumprimento das metas governamentais definidas politicamente. Naturalmente, uma governança eficiente aumenta a legitimidade da política estatal e, portanto, a governabilidade do país, assim como é aumentada por esta.

**37** A gestão orientada para resultados efetivos depende, especialmente, do nível de qualificação profissional e remuneração das carreiras de Estado, bem como da geração de estímulos para a formação de novas lideranças no setor público.

**JUSTIFICATIVA - Certo.** A construção do paradigma de gestão pública empreendedora, orientada para resultados efetivos, depende, especialmente, do nível de qualificação profissional e remuneração das carreiras de Estado, bem como de geração de estímulos para a formação de novas lideranças no setor público. Esses atores devem estar motivados em direção a objetivos comuns, tendo como referência o desejo de servir ao público. Isso exige a vontade política dos governantes de priorizar a administração pública, por meio de investimentos em infraestrutura, máquinas e equipamentos, pesquisas e estímulos à inovação, bem como em capital humano, investindo fortemente no processo de seleção e formação continuada de gestores públicos.

**38** O paradigma para a ação pública centrada no Estado regulador busca a redução da intervenção direta e a ampliação de suas capacidades de coordenação.

**JUSTIFICATIVA - Certo.** A partir da década de 1980, começou-se a considerar a participação de atores da sociedade civil organizada na medida em que se delineava um novo paradigma para a ação pública centrada no Estado regulador, que busca a redução da intervenção direta e a ampliação de suas capacidades de coordenação. O enfoque das políticas públicas prenuncia-se, estando a sociedade inserida não como parte passiva, mas como agente atuante.

**39** A visão de governo empreendedor se baseia na prestação de serviço mais eficiente para a população, apoiado nas práticas burocráticas e na busca de uma gestão por resultados, da promoção da transparência e do controle social.

**JUSTIFICATIVA - Errado.** O empreendedorismo governamental é a capacidade de inovar por meio de iniciativas e investimentos que buscam retornos econômicos para a região e para a administração pública. O empreendedorismo governamental é um movimento internacional que tem sido objeto de constante interesse de governantes para a formação do Estado moderno a fim de que o governo preste um serviço mais eficiente para a população, em oposição às práticas burocráticas, sendo um governo catalisador, que busca uma gestão por resultados, promoção da transparência e

do controle social, com foco no cliente cidadão e ações inovadoras.

Em relação às políticas públicas, julgue os itens a seguir.

**40** Na análise custo-benefício aplicada à política pública, é possível comparar os custos monetários com os impactos positivos e benefícios gerados por um programa governamental.

**JUSTIFICATIVA - Errado.** Na análise custo-benefício aplicada à política pública, tenta-se descobrir:

1. se os benefícios sociais de cada alternativa superarão os seus custos sociais, ou seja, se vale a pena investir nessa política pública;

2. qual das alternativas trará melhor razão custo-benefício (RCB), ou seja, qual delas será a mais eficiente do ponto de vista econômico;

3. qual das alternativas trará maior valor social agregado, ou seja, qual delas tem potencial de trazer maior valor presente líquido (VPL), que são os benefícios líquidos à coletividade.

Avaliações de custo-efetividade comparam os custos em termos monetários com os impactos positivos e benefícios gerados pelo programa.

**41** Uma política pública começa após a formulação de alternativas para a resolução de um problema, visto que, para que um problema comece a ser resolvido, é necessário que se encontrem soluções para ele na agenda do governo.

**JUSTIFICATIVA - Errado.** Uma política pública começa após a definição da agenda, uma vez que para que um problema comece a ser resolvido, ele precisa entrar na agenda do governo. A partir do momento em que uma questão passa a ser vista como um problema público, envolvendo processos sociais e políticos complexos, bem como circunstâncias favoráveis, ela constará na agenda de políticas públicas. Os passos seguintes são a formulação e a escolha de alternativas de políticas e a de tomada de decisão.

**42** Caracteriza-se como determinante estrutural da corrupção a maior dificuldade que certas estruturas burocráticas impõem aos agentes econômicos, o que aumenta a possibilidade de corrupção para se contornarem os empecilhos impostos pelo excesso de legislação.

**JUSTIFICATIVA - Certo.** Quanto aos determinantes estruturais da corrupção, destacam-se três principais fatores: i) o ambiente burocrático ou organizacional; ii) a qualidade da participação social; e iii) a congruência entre o sistema legal e as demandas sociais.

O primeiro determinante, bastante discutido na literatura, diz respeito à maior dificuldade (ou facilidade) que certas estruturas burocráticas podem exercer sobre os agentes econômicos, aumentando (ou diminuindo) a possibilidade de corrupção para contornar os empecilhos impostos pelo excesso de legislação.

**43** No processo de formulação de políticas públicas, os atores interagem, alocam recursos, constroem coalizões e resolvem conflitos em um cenário político.

**JUSTIFICATIVA - Certo.** Vários autores como Leonardo Secchi, Howlet, Matias-Pereira, John Kingdon, Ricardo Gomes, destacam a participação dos atores, também conhecidos como *stakeholders* no processo de formulação de políticas públicas, desde a sua formulação até sua implementação.

Acerca das ferramentas de análise de ambiente e indicadores de desempenho, julgue os itens a seguir.

**44** Um indicador de desempenho é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo.

**JUSTIFICATIVA - Errado.** Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo. Os

indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Indicadores de desempenho incluem indicadores de produtividade, qualidade, capacidade e indicadores estratégicos.

- 45 A análise SWOT deve considerar como insumos os resultados da revisão documental, entrevista com as lideranças e pesquisa com servidores, visando à busca de oportunidades de melhoria, à evidência de pontos fracos e ameaças e à otimização do desempenho.  
JUSTIFICATIVA - Certo. A análise SWOT deverá considerar como insumos os resultados da revisão documental, entrevista com as lideranças e pesquisa com servidores. Esses resultados deverão compor a matriz de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. A análise SWOT deverá ser feita em reunião técnica a ser realizada com a equipe de desenvolvimento do planejamento estratégico.

Com base nas normas de auditoria aplicáveis aos tribunais de contas, julgue os seguintes itens, referentes às auditorias operacionais e avaliações de programas de governo.

- 46 A materialidade corresponde ao valor financeiro envolvido diretamente na execução do objeto auditado.  
JUSTIFICATIVA - Errado. O conceito de materialidade está associado à importância relativa de uma questão em relação ao seu contexto. Em se tratando de auditoria operacional ou avaliação de programa de governo, essa importância pode não estar relacionada ao valor financeiro. A NBASP 300 estabelece no item 33 que “Os auditores devem considerar a materialidade em todas as fases do processo de auditoria. Atenção deve ser dada não somente aos aspectos financeiros, mas também aos aspectos sociais e políticos do objeto, com o objetivo de entregar tanto valor agregado quanto seja possível.”
- 47 O Poder Legislativo pode demandar ao tribunal de contas a realização de uma avaliação de política pública.  
JUSTIFICATIVA - Certo. A Norma Brasileira de Auditoria do Setor Público – NBASP 9020 estabelece, no item 3.2, que “Uma entidade pode decidir realizar uma avaliação de política pública por iniciativa própria ou por demanda de uma autoridade pública, do Legislativo, ou do Executivo (denominado de demandante).”
- 48 O critério utilizado nas auditorias operacionais e avaliações de programas de governo pode basear-se no conhecimento do auditor acerca das melhores práticas relacionadas ao modo como as atividades são realizadas para serem mais econômicas e eficientes.  
JUSTIFICATIVA - CERTO: Nas auditorias de conformidade e de demonstrações financeiras, o critério costuma ser inequívoco (a lei, a norma, o contrato, etc.). Já nas auditorias operacionais e avaliações de programas de governo, o critério deve ser estabelecido pelo auditor. A NBASP 3000, no item 46, estabelece que “os critérios nem sempre estão prontamente disponíveis para o auditor; eles normalmente se baseiam no conhecimento das melhores práticas sobre como as atividades são realizadas para serem mais econômicas e eficientes (ou que condições são as mais favoráveis para o bom desempenho e a efetividade).”

Julgue os itens que se seguem, relativos ao planejamento da auditoria.

- 49 Em se tratando de auditoria de demonstrações contábeis, o planejamento poderá ser mais extenso na primeira auditoria conduzida na entidade.  
JUSTIFICATIVA - Certo. O entendimento da natureza da entidade demandará maior extensão da fase de planejamento na primeira auditoria conduzida na entidade. De acordo com a NBASP 200, item 32, “A natureza e a extensão do planejamento necessário dependerão de se tratar da primeira auditoria da entidade ou de uma

auditoria recorrente, do tamanho e da complexidade da entidade, bem como da experiência anterior dos membros da equipe com a entidade.”

- 50 Na elaboração da matriz de planejamento, é prescindível a previsão de campo para registro das informações requeridas e suas respectivas fontes.  
JUSTIFICATIVA - Errado. O registro das informações requeridas e de suas fontes é essencial na matriz de planejamento. De acordo com o Manual de Auditoria e Demais Fiscalizações - Parte Geral, do TCDF, em seu item 1.9 do Capítulo I do Título 3, “A matriz de planejamento deverá conter os seguintes campos (Apêndice XVII): ... e) informações requeridas e a respectiva fonte;”
- 51 Se o auditor optar pela realização de uma análise de problema, ele deve, após identificar os riscos gerais e os específicos, avaliar as respostas da administração a esses riscos, inclusive no tocante ao desenho e implementação de controles internos.  
JUSTIFICATIVA - Errado. O auditor deve escolher uma das seguintes opções: avaliação de risco ou análise de problema. O procedimento descrito no item é característico de avaliação de risco, e não de análise de problema. De acordo com a NBASP 100, item 46, “Os auditores devem realizar uma avaliação de risco ou análise de problema, e revisá-la, se necessário, em resposta aos achados de auditoria. A natureza dos riscos identificados variará de acordo com o objetivo da auditoria. O auditor deve considerar e avaliar o risco de diferentes tipos de deficiências, desvios ou distorções que possam ocorrer em relação ao objeto. Tanto riscos gerais como específicos devem ser considerados. Isso pode ser alcançado mediante procedimentos que servem para obter um entendimento da entidade ou do programa e seu ambiente, incluindo os controles internos relevantes. O auditor deve avaliar as respostas da administração aos riscos identificados, incluindo o desenho e a implementação de controles internos para tratá-los.”

Em relação aos tipos e à execução da auditoria, julgue os próximos itens.

- 52 O auditor deve usar de ceticismo profissional, ou seja, deve manter distanciamento e desconsiderar eventuais argumentos que não estejam alinhados às suas convicções.  
JUSTIFICATIVA - Errado. O ceticismo profissional é um dos princípios que regem a atuação do auditor e caracteriza-se pela abertura de mente. De acordo com o item 37 da NBASP 100, “Ceticismo profissional significa manter distanciamento profissional e uma atitude alerta e questionadora quando avalia se a evidência obtida ao longo da auditoria é suficiente e apropriada. Também significa manter a mente aberta e receptiva a todos os pontos de vista e argumentos.”
- 53 O objetivo de uma auditoria de conformidade é avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem as normas que regem a entidade auditada.  
JUSTIFICATIVA - Certo. A auditoria de conformidade visa avaliar se as normas de regência estão sendo cumpridas em todos os seus aspectos relevantes. Nesse sentido, ela difere da auditoria de demonstrações contábeis, que tem por objetivo determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável. A NBASP 100, em seu item 22, estabelece que “A auditoria de conformidade é realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada. Essas normas podem incluir regras, leis, regulamentos, resoluções orçamentárias, políticas, códigos estabelecidos, acordos ou os princípios gerais que regem a gestão financeira responsável do setor público e a conduta dos agentes públicos.”

54 Em cumprimento ao princípio da confidencialidade, os achados preliminares da auditoria devem ser discutidos com o supervisor da auditoria, não podendo o auditado tomar conhecimento deles antes da divulgação do relatório definitivo.

JUSTIFICATIVA - Errado. As normas internacionais de auditoria estabelecem a necessidade de discussão dos achados preliminares com a entidade auditada, para garantir que estes sejam completos, precisos e apresentados de forma justa. Nos termos da NBASP 100, item 49, “Os achados preliminares devem ser comunicados e discutidos com a entidade auditada para confirmar sua validade.” O princípio da confidencialidade diz respeito ao tratamento de informações confidenciais, e não ao relacionamento do auditor com a entidade auditada.

Em auditoria de obra pública, o auditor visitou o local da obra e obteve evidência de que o material utilizado no revestimento de piso era cimentado e, portanto, de qualidade inferior ao revestimento cerâmico previsto no edital e no contrato.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

55 Na auditoria da obra pública em questão, o auditor aplicou a técnica de inspeção física.

JUSTIFICATIVA - Certo. A inspeção física, também chamada de verificação *in loco*, é a técnica de auditoria na qual o auditor visita o local onde o objeto da auditoria se desenvolve, a fim de comprovar, entre outras características, a qualidade da execução do objeto. Nos termos do Apêndice XXVIII do Manual de Auditoria e Demais Fiscalizações do TCDF – Parte Geral, “verificação *in loco* (ou inspeção física): o uso dessa técnica permite ao auditor comprovar e formar opinião sobre: (i) existência física: comprovação da existência do item; (ii) identificação: comprovação da identificação patrimonial dos bens públicos; (iii) autenticidade: discernimento da fidedignidade do item; (iv) quantidade: apuração da quantidade real física; e (v) qualidade: comprovação visual ou laboratorial de que o objeto examinado permanece em perfeitas condições de uso”.

No que diz respeito aos agentes públicos, julgue os itens seguintes à luz da Lei Complementar distrital n.º 840/2011, da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

56 O candidato aprovado em cadastro de reserva adquirirá o direito subjetivo à nomeação caso sua posição passe a se enquadrar nas vagas imediatas previstas no edital devido à desistência de candidatos nomeados classificados nas vagas imediatas.

JUSTIFICATIVA - Certo. Recentemente, o STF firmou o entendimento de que o candidato aprovado em cadastro de reserva tem direito à nomeação se candidatos aprovados dentro das vagas imediatas desistirem e, por isso, a nova posição daquele candidato ficar dentro das vagas imediatas (Rcl 55.801 AgR, rel. min. Edson Fachin, julgamento em 24/10/2023, 2.ª Turma, DJe de 8/11/2023).

57 Caso se verifique que um servidor acumula ilicitamente cargos públicos, deverá ser imediatamente instaurado processo administrativo disciplinar para apuração e regularização de sua situação funcional.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nos termos do art. 48, §§ 1.º a 3.º, da LC n.º 840/2011, caso seja identificada a acumulação ilícita de cargos efetivos, o servidor deverá ser notificado para realizar a opção por um dos cargos. O PAD só deve ser instaurado se o servidor não realizar tal opção.

58 Viola a CF a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos pertencentes ao quadro funcional de servidores de determinado ente federativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. O entendimento do STF é consolidado no sentido da impossibilidade, por razões de inconstitucionalidade, de previsão de regra editalícia em concurso público que favoreça candidatos em razão de serem do serviço público de determinado ente federativo (ADI 5.358, rel. Roberto Barroso, julgamento em 30/11/2020, Pleno, DJe de 15/12/2020).

Em relação aos princípios constitucionais da administração pública e à responsabilidade extracontratual do Estado, julgue os itens a seguir com base na CF e na jurisprudência do STF.

59 A responsabilidade extracontratual das pessoas jurídicas de direito público e das de direito privado prestadoras de serviços públicos por atos comissivos é objetiva e baseia-se na teoria do risco administrativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. A Constituição Federal de 1988 (art. 37, § 6.º) e a jurisprudência consolidada do STF (e.g. ARE 1.385.315, voto do rel. min. Edson Fachin, julgamento em 11/4/2024, Pleno, DJe de 13/6/2024, Tema n.º 1.237, com mérito julgado) adotam a responsabilidade objetiva com base na teoria do risco administrativo.

60 Em observância aos princípios da publicidade e da impessoalidade, a publicidade dos atos e das campanhas dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, deles não podendo constar nomes que caracterizem a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

JUSTIFICATIVA - Certo. Trata-se da norma prevista no art. 37, §1.º, da Constituição Federal de 1988, decorrente, de acordo com a doutrina, dos princípios da publicidade e da impessoalidade.

No que se refere ao controle da administração pública e ao processo administrativo, julgue os itens a seguir.

61 Pessoas com deficiência física ou mental têm prioridade na tramitação de processos administrativos em qualquer órgão ou instância da administração pública direta ou indireta.

JUSTIFICATIVA - Certo. Lei n.º 9.784/1999: “Art. 69-A. Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado: (...) II pessoa portadora de deficiência, física ou mental;”.

62 As consequências práticas da decisão e a avaliação das alternativas possíveis não são elementos obrigatórios da atividade de controle exercida pelos tribunais de contas e pelo Poder Judiciário na análise da validade de ato ou contrato administrativo.

JUSTIFICATIVA - Errado. A LINDB (Decreto-lei n.º 4.657/1942) inovou o controle da administração pública ao incorporar a importância do consequentialismo e da avaliação das alternativas possíveis: “Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.”.

63 Um órgão administrativo e o seu titular podem delegar parte da sua competência para editar atos normativos a outros órgãos ou titulares, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nos termos do art. 13, I, da Lei n.º 9.784/1999, aplicável ao GDF por força da Lei distrital n.º 2.834/2001, a competência para editar atos normativos é

indelegável.

De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens a seguir, referentes a licitações e contratos administrativos.

**64** Os contratos administrativos devem ter a forma escrita, porém admite-se também sua forma eletrônica, sendo permitido conferir sigilo a seus termos aditivos, quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.

JUSTIFICATIVA - Certo. O *caput* do art. 91 da Lei n.º 14.133/2021 determina a forma escrita dos contratos administrativos, seu § 3.º admite a forma eletrônica e seu § 1.º autoriza a manutenção de sigilo em situações específicas, consoante os termos da Lei de Acesso à Informação.

**65** As contratações públicas devem submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, sujeitando-se ao controle externo realizado pelos tribunais de contas, que integram a primeira linha de defesa.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os tribunais de contas, como controle externo, integram a terceira linha de defesa, nos termos do art. 169, III, da Lei n.º 14.133/2021.

A respeito dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), da aplicabilidade das normas constitucionais, do controle de constitucionalidade e do poder de reforma constitucional, julgue os itens que se seguem.

**66** Os limites impostos pelo poder reformador são previstos apenas no texto constitucional, como forma de reduzir a amplitude desse poder, que emana do povo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Apesar de, realmente, o poder reformador se originar no povo, que o exerce de forma indireta, por seus representantes, esse poder não esbarra apenas em limitações explícitas na constituição, mas também em limites implícitos, de modo a não descaracterizar o próprio sistema constitucional.

**67** Em um processo criminal, ainda que observado o devido processo legal, a imposição de prisão ao réu antes da condenação criminal definitiva viola o princípio da dignidade humana.

JUSTIFICATIVA - Errado. A imposição de prisão antes de condenação criminal definitiva, ou seja, a imposição das chamadas prisões cautelares, não fere o princípio da dignidade humana, desde que se faça de acordo com o devido processo legal. A CF não prevê proibição apriorística de prisão processual.

**68** O controle difuso de constitucionalidade ocorre na via judicial e, no curso de determinado processo judicial concreto, qualquer uma das partes pode vir a suscitar, de forma incidental, uma controvérsia de natureza constitucional.

JUSTIFICATIVA - Certo. A característica essencial do controle incidental de constitucionalidade consiste no fato de que ele costuma ocorrer na via judicial, suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou, de ofício, pelo órgão jurisdicional, e vale, em regra, apenas para a decisão daquele processo.

**69** As normas programáticas destinam-se a estabelecer formas de atuação futura para o poder público e, apesar de terem eficácia limitada, são providas de certo nível de eficácia jurídica.

JUSTIFICATIVA - Certo. Uma das finalidades das normas constitucionais programáticas é exatamente a definição de políticas públicas e de objetivos para a ação estatal, mas isso não significa que sejam desprovidas de certo nível de eficácia imediata, ainda que não seja plena. Todas as normas constitucionais possuem um mínimo de eficácia, a consistir, por exemplo, em se prestar como

parâmetro para o controle de constitucionalidade, bem assim orientar a interpretação normativa e a elaboração da legislação infraconstitucional.

No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos e aos direitos políticos, julgue os itens seguintes.

**70** Os casos de inelegibilidade, que se caracterizam como formas de restrição dos direitos políticos, são previstos tanto na CF quanto em legislação infraconstitucional relativa ao tema.

JUSTIFICATIVA - Certo. Tanto a CF estabelece, em si, casos de inelegibilidade como autoriza, no seu art. 14, § 9.º, que a legislação infraconstitucional, via lei complementar, preveja outros. Esses casos estão disciplinados na Lei das Inelegibilidades — Lei Complementar n.º 64/1990, alterada, entre outras, pela Lei Complementar n.º 135/2010 (a chamada Lei da Ficha Limpa).

**71** O *habeas corpus* é uma ação tipicamente constitucional que visa proteger um direito fundamental e evitar ofensa à liberdade de locomoção, sendo necessária a constituição de advogado para a sua propositura.

JUSTIFICATIVA - Errado. A ação de *habeas corpus* é, de fato, um direito fundamental previsto na CF (art. 5.º, inciso LXVIII), mas, para sua propositura, não é necessário constituir advogado, pois essa ação tem natureza de ação popular, isto é, qualquer pessoa pode requerer ordem de *habeas corpus*.

No que se refere ao processo legislativo e às comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue os itens a seguir.

**72** Pode ser criada CPI para elucidar fatos determinados de interesse público, mas não para apurar fatos que já sejam objeto de investigação criminal do Ministério Público ou da polícia.

JUSTIFICATIVA - Errado. As CPI devem ter como objeto fato oriundo de determinação constitucional (art. 58, § 3.º), mas nada impede que se destinem a esclarecer fatos potencialmente típicos (do ponto de vista penal), ainda que já sejam objeto de investigações do Ministério Público e da polícia.

**73** Uma das formas de o chefe do Poder Executivo participar do processo legislativo se dá pela sanção, que representa a sua concordância, expressa ou tácita, com projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. A sanção do chefe do Poder Executivo (presidente da República, governador de estado ou prefeito municipal) consiste na concordância dele com projeto de lei aprovado no Poder Legislativo. Ela pode ocorrer de forma expressa ou tácita — nesta última hipótese, o chefe do Poder Executivo não veta, no prazo constitucional, o projeto.

Acerca do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue os itens seguintes.

**74** Apesar da garantia de vitaliciedade dos membros do Ministério Público, é possível a perda do seu cargo em razão de decisão judicial ou de sanção administrativa, sendo-lhes permitido o afastamento de suas funções apenas em caso de licença ou aposentadoria.

JUSTIFICATIVA - Errado. O membro do Ministério Público não poderá perder seu cargo por sanção administrativa. De acordo com o art. 128, § 5.º, I, “a”, da CF, não poderá perder seu cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

**75** As causas que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem competência para julgar dividem-se entre aquelas que lhe chegam por meio da interposição de recursos e aquelas que são iniciadas diretamente nesse tribunal.

JUSTIFICATIVA - Certo. Essa divisão de causas corresponde aos dois conjuntos que tecnicamente constituem a competência recursal (causas que chegam ao STF por meio de recursos previstos na legislação processual) e a competência originária (causas que se iniciam diretamente no STF, isto é, que já principiam nele).

Em relação à natureza, competência e jurisdição do TCDF, segundo a sua lei orgânica, julgue os itens seguintes.

**76** O TCDF pode fiscalizar de ofício irregularidade na aplicação de recurso público distrital, independentemente da iniciativa de qualquer órgão ou autoridade.

JUSTIFICATIVA - Certo. Os tribunais de contas podem agir tanto de ofício quanto por provocação através da iniciativa de algum órgão ou autoridade pública. No âmbito do TCDF, essa possibilidade está prevista no art. 1.º, § 3.º, da Lei Orgânica do TCDF.

**77** Compete ao TCDF julgar as contas do governador do DF e dos demais administradores de valores públicos.

JUSTIFICATIVA - Errado. O TCDF não detém competência para julgar as contas do governador do DF, mas apenas para apreciá-las e emitir parecer prévio para subsidiar o julgamento a ser realizado pela Câmara Legislativa do DF, e não pela corte de contas. É o que dispõe o art. 1.º, I, da Lei Orgânica do TCDF.

**78** A indicação de nome para preenchimento de cargos comissionados nos setores de apoio administrativo do TCDF, excetuados os cargos relativos aos gabinetes da Presidência da corte, dos conselheiros e dos auditores, depende de prévia aprovação em sessão administrativa.

JUSTIFICATIVA - Certo. Como regra, o provimento de cargos em comissão no TCDF depende de prévia aprovação em sessão administrativa. As únicas exceções são os cargos comissionados referentes aos gabinetes da Presidência, dos conselheiros e dos auditores, de acordo com o disposto no art. 4.º, § 2.º, da Lei Orgânica do TCDF.

**79** Diferentemente do que ocorre com os atos de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, os atos de concessão de aposentadoria por invalidez não são registrados pelo TCDF, uma vez que seguem o rito próprio conduzido pela junta médica oficial do órgão.

JUSTIFICATIVA - Errado. No registro dos atos de concessão de aposentadoria, a CF e a lei não fazem qualquer distinção em relação à aposentadoria por invalidez. Assim, o ato de concessão da aposentadoria por invalidez também deve ser registrado pelo TCDF tal como as demais modalidades de aposentadoria. É o que dispõe o art. 1.º, III, da Lei Orgânica do TCDF.

A respeito da composição do TCDF, do seu Plenário, das suas câmaras e das competências do seu presidente, julgue os itens que se seguem.

**80** Cabe ao presidente dirigir o TCDF, devendo aquele solicitar autorização do Plenário do tribunal para movimentar as dotações e os créditos orçamentários do órgão.

JUSTIFICATIVA - Errado. A competência do presidente do TCDF para movimentar as dotações e os créditos orçamentários do órgão independe de autorização do plenário da corte, conforme estabelece o art. 68, I e IV, da Lei Orgânica do TCDF.

**81** O auditor, ao substituir um conselheiro, terá as mesmas garantias e prerrogativas do titular, não podendo, entretanto, tomar parte nas eleições para presidente do TCDF.

JUSTIFICATIVA - Certo. O item está certo e evidencia a interpretação e a aplicação conjunta do art. 63, § 3.º, c/c art. 67, § 8.º, da Lei Orgânica do TCDF.

A respeito dos conselheiros, dos auditores e do Ministério Público, julgue os itens seguintes, de acordo com a Lei Orgânica do TCDF.

**82** Os conselheiros e os auditores do TCDF adquirem a vitaliciedade com a posse nos respectivos cargos.

JUSTIFICATIVA - Errado. Somente os conselheiros adquirem a vitaliciedade com a posse no cargo. A vitaliciedade dos auditores é adquirida após dois anos de exercício no cargo, nos termos do art. 75, *caput*, da Lei Orgânica do TCDF.

**83** O requisito de notório conhecimento jurídico, contábil, econômico e financeiro ou de administração pública para ocupar o cargo de conselheiro pode ser substituído pela comprovação do exercício, por mais de 10 anos, de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os requisitos legais para ocupar o cargo de conselheiro não podem ser substituídos. Os dois predicativos mencionados na assertiva são requisitos cumulativos, e não alternativos, ou seja, o conselheiro do TCDF deve possuir, além do notório conhecimento em alguma das áreas técnicas mencionadas, a experiência profissional de mais de 10 anos. O art. 69 da Lei Orgânica do TCDF dispõe acerca dos requisitos para ocupar o cargo de conselheiro do TCDF.

**84** Integram o Ministério Público que atua junto ao TCDF procurador-geral, procurador-corregedor e procurador-ouvidor, eleitos para mandato de 2 anos, permitida uma recondução.

JUSTIFICATIVA - Certo. O Ministério Público junto ao TCDF possui procurador-geral, procurador-corregedor e procurador-ouvidor. O mandato de cada uma dessas funções é de 2 anos, admitindo-se apenas uma recondução pelo mesmo período. Logo, o prazo consecutivo máximo de desempenho de cada uma daquelas funções é de 4 anos. É o que dispõem os arts. 76-A e 76-B da Lei Orgânica do TCDF.

Em relação aos serviços auxiliares do TCDF, julgue o item a seguir.

**85** Ao servidor responsável pela execução dos serviços administrativos no TCDF é assegurada a prerrogativa de livre ingresso em órgãos e entidades sujeitos à jurisdição desse tribunal de contas.

JUSTIFICATIVA - Errado. A prerrogativa de livre ingresso em órgãos e entidades sujeitos à jurisdição do tribunal de contas é atribuída apenas ao servidor que exerce funções específicas de controle externo no TCDF, ou seja, não alcança os servidores responsáveis pela execução dos serviços administrativos. É o que dispõe o art. 77, *caput*, c/c art. 78, *caput*, e art. 79, I, da Lei Orgânica do TCDF.

Acerca da relação existente entre ética, moral e democracia e da ética no setor público, julgue os itens a seguir.

**86** A conduta ética do servidor público resume-se a ele se comportar estritamente de acordo com o que é permitido pelos regramentos legais.

JUSTIFICATIVA - Errado. Além de comportar-se de acordo com o que é permitido pela lei, o servidor público deve basear sua conduta ética na motivação, no esmero, no gosto com que realiza seu ofício para cumprir seus deveres ou para fazer mais do que a função lhe prescreve. Há certos aspectos do serviço público que não se medem pelo simples cumprimento exterior das normas, mas também pela qualidade com que as regras são observadas.

**87** A adoção de uma conduta efetivamente ética pelo servidor público pressupõe que ele compreenda o papel do serviço público para com a sociedade, exercendo sua função com cortesia, presteza e eficiência, não por medo de punição, mas

por consciência de que essa é a conduta correta a ser adotada.

JUSTIFICATIVA - Certo. Age eticamente o servidor que, independentemente do que determinar o código de ética profissional, atua com cortesia e presteza, não por medo de punição, mas por consciência livre e autônoma de que isso é o correto a ser feito.

- 88 Não é possível o estabelecimento legal de uma regra de conduta que se distancie dos ideais morais.

JUSTIFICATIVA - Errado. É possível que uma regra de conduta ética não seja compatível com um ideal moral.

- 89 Entre os aspectos éticos que marcam o regime democrático brasileiro, inclui-se o voto universal, cujo valor individual é igual para todos, independentemente de raça, gênero ou classe social do cidadão que o exerça.

JUSTIFICATIVA - Certo. Na democracia prevalece a igualdade quando se trata do voto universal: o voto do mais rico e o do mais pobre têm igual valor.

De acordo com a Lei Complementar distrital n.º 840/2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, julgue os itens seguintes.

- 90 A sanção de suspensão deve ser aplicada ao servidor que praticar infração disciplinar média ou reincidir na prática de infração disciplinar leve, sendo consequência de tal sanção o afastamento do servidor do exercício de suas funções, sem prejuízo do recebimento de sua remuneração no período em que ele estiver afastado.

JUSTIFICATIVA - Errado. Em que pese a correção da primeira parte da assertiva, a parte final é errada ao mencionar que o afastamento ocorrerá sem prejuízo da remuneração do servidor. Conforme previsto no art. 200 da LC n.º 840/2011, “A suspensão é a sanção por infração disciplinar média pela qual se impõe ao servidor o afastamento compulsório do exercício do cargo efetivo, com perda da remuneração ou subsídio dos dias em que estiver afastado.”.

- 91 O servidor não pode ser responsabilizado administrativamente por conduta em relação à qual tenha sido absolvido penalmente, em decisão judicial transitada em julgado, por negativa de autoria.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme previsto no art. 181, § 2.º, da LC n.º 840/2011: “§ 2.º A responsabilidade administrativa do servidor é afastada no caso de absolvição penal que negue a existência do fato ou sua autoria, com decisão transitada em julgado.”.

- 92 A determinação da perda do cargo público por decisão judicial transitada em julgado não dispensa a instauração de processo administrativo disciplinar, sob pena de inobservância do devido processo legal.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme previsto no art. 185 da LC n.º 840/2011, “A perda do cargo público ou a cassação de aposentadoria determinada em decisão judicial transitada em julgado dispensa a instauração de processo disciplinar e deve ser declarada pela autoridade competente para fazer a nomeação.”.

- 93 A conduta do servidor público de recusar fé a documento público é infração classificada como média.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme previsto no art. 190, VI, da LC n.º 840/2011, “Art. 190. São infrações leves: VI recusar fé a documento público;”.

- 94 A caracterização da reincidência, no âmbito disciplinar, pressupõe o cometimento de nova infração disciplinar que seja ou do mesmo grupo ou da mesma classe da infração anteriormente cometida, ainda que envolvidos aspectos fáticos distintos.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme previsto no art. 189 da LC n.º 840/2011, “Para efeitos desta Lei Complementar, considera-se reincidência o cometimento de nova infração disciplinar do mesmo grupo ou classe de infração disciplinar anteriormente cometida, ainda que uma e outra possuam características fáticas diversas.”.

- 95 Em razão de fundados indícios de evolução patrimonial incompatível com a remuneração de determinado auditor do TCDF, poderá ser determinada a instauração de sindicância patrimonial pelo presidente do TCDF.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme previsto no art. 216 da LC n.º 840/2011, “Art. 216. Diante de fundados indícios de enriquecimento ilícito de servidor ou de evolução patrimonial incompatível com a remuneração ou subsídio por ele percebido, pode ser determinada a instauração de sindicância patrimonial.

§ 1.º São competentes para determinar a instauração de sindicância patrimonial:

I o Presidente da Câmara Legislativa ou do Tribunal de Contas, nos respectivos órgãos;”.

#### Espaço livre

**-- CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS --**

Uma idosa de 66 anos de idade recebeu atendimento psicológico em unidade básica de saúde (UBS), durante o qual relatou falhas de memória, desorientação em algumas situações e perda de interesse por atividades que antes lhe eram prazerosas. Referiu aumento da sensação de cansaço e falta de motivação, além de dificuldades em lembrar compromissos e informações recentes, o que lhe causava constrangimentos em seu ambiente de trabalho. Ao realizar a avaliação inicial, o psicólogo considerou a necessidade de um psicodiagnóstico para o entendimento da extensão e da natureza dos sintomas e para a identificação de outros fatores que poderiam estar contribuindo para o quadro clínico da paciente.

A partir do caso clínico hipotético apresentado, julgue os seguintes itens.

**96** No caso em apreço, caso a paciente necessite de documento para justificar sua falta ao trabalho devido ao comparecimento à UBS, o psicólogo deverá emitir uma declaração, da qual devem constar as seguintes informações: nome completo da paciente, horário do atendimento, tempo de atendimento e registro de sintomas.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A declaração é o documento psicológico mais objetivo e sucinto entre todos. Responde a solicitações pontuais que visam a informar situações que envolvem dia(s), horários e tempo de atendimento do paciente/cliente e(ou) da pessoa que o acompanha. Diferentemente do atestado psicológico, a declaração nunca deve apresentar registro de sintomas, estados psicológicos ou qualquer outra informação que diga respeito ao funcionamento psicológico da pessoa atendida, sendo essa conduta vedada pelo § 1.º do art. 9.º da Resolução CFP n.º 06/2019, que estabelece diretrizes para a elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo no exercício profissional.

**97** O psicodiagnóstico é um processo contínuo que envolve a avaliação detalhada do funcionamento psicológico do indivíduo, utilizando-se entrevistas, observações e testes psicológicos para a compreensão das queixas apresentadas e orientação sobre o tratamento.

**JUSTIFICATIVA - Certo.** De acordo com a literatura de referência, o psicodiagnóstico é um processo abrangente que busca investigar o funcionamento psicológico do paciente de forma contínua e detalhada. Ele envolve a coleta de informações por meio de diversas técnicas, como entrevistas, observações e aplicação de testes psicológicos. O objetivo é compreender as queixas e os fatores subjacentes ao sofrimento do indivíduo, o que contribui para a elaboração de um plano de intervenção eficaz.

**98** O uso de um teste de rastreio cognitivo, como o minixame do estado mental (MEEM), pode auxiliar a detectar na paciente possíveis sinais de demência, sendo necessária uma requisição médica para a realização do teste, visto que sua aplicação é vedada a psicólogos.

**JUSTIFICATIVA - Errado.** O minixame do estado mental (MEEM) é amplamente utilizado por psicólogos como uma ferramenta de rastreio para avaliar possíveis alterações cognitivas, como aquelas encontradas em quadros de demência. Sua aplicação é permitida aos psicólogos, desde que sejam habilitados e capacitados para o uso de instrumentos psicológicos. Psicólogos frequentemente utilizam o MEEM como parte de uma avaliação mais ampla, que pode incluir outros testes psicológicos, observações e entrevistas clínicas, para auxiliar a detecção de sinais de comprometimento cognitivo e o diagnóstico diferencial de condições como depressão e demência. O uso do MEEM não é restrito ou vedado aos profissionais da psicologia, e ele é um recurso importante no campo da neuropsicologia e no acompanhamento de idosos. (Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP n.º 002/2003: dispõe sobre a utilização de

instrumentos psicológicos pelo psicólogo).

**99** A psicopatologia do caso apresentado sugere que a paciente pode apresentar sintomas compatíveis com quadro depressivo ou transtorno neurocognitivo, o que torna necessária uma avaliação cuidadosa para se distinguirem as possíveis causas desses sintomas.

**JUSTIFICATIVA - Certo.** A psicopatologia envolve o estudo dos sintomas apresentados pela paciente para identificar possíveis transtornos. No caso descrito, as dificuldades de memória, desorientação, falta de interesse e cansaço podem ser indicativos tanto de um quadro depressivo quanto de um transtorno neurocognitivo, como a demência. Assim, é essencial realizar uma avaliação detalhada para diferenciar as causas e direcionar o tratamento adequadamente.

Maria procurou atendimento psicológico, relatando ter sido vítima de violência doméstica. Durante as sessões, a psicóloga não apenas minimizou os relatos de agressão, mas também sugeriu que Maria poderia estar exagerando a gravidade dos eventos e que a falta de provas concretas dificultava qualquer intervenção. Além disso, Maria soube que, sem o seu consentimento, a psicóloga compartilhou com terceiros suas informações confidenciais. Sentindo-se desacreditada e desamparada, Maria denunciou a profissional ao conselho regional de psicologia (CRP) de sua região, alegando infração ética.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os próximos itens, relativos à ética profissional do psicólogo.

**100** O Código de Ética Profissional do Psicólogo permite que o psicólogo compartilhe informações confidenciais de cliente, mesmo sem o seu consentimento, sempre que considerar que a divulgação dessas informações pode beneficiar o tratamento e garantir um prognóstico mais preciso para o caso.

**JUSTIFICATIVA - Errado.** O Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP n.º 010/2005, arts. 9.º e 10, parágrafo único) estabelece que o psicólogo deve garantir o sigilo profissional, não podendo divulgar informações confidenciais de um cliente sem seu consentimento, exceto em situações previstas por lei ou quando há risco iminente de danos ao próprio cliente ou a terceiros. O psicólogo deve sempre buscar a autorização do cliente para compartilhar informações, assegurando o respeito à privacidade e à confidencialidade.

**101** Na situação em apreço, a psicóloga agiu de acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, uma vez que é sua obrigação avaliar criticamente a veracidade das informações fornecidas pela cliente e garantir que qualquer intervenção seja embasada em evidências concretas e comprovadas.

**JUSTIFICATIVA - Errado.** O Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP n.º 010/2005/2005) determina que o psicólogo deve acolher e respeitar a dignidade dos clientes, especialmente em situações sensíveis como a violência doméstica, proporcionando um espaço seguro e empático. Minimizar ou desacreditar os relatos de uma cliente sem uma avaliação cuidadosa e sem oferecer suporte adequado configura infração ética, pois viola o princípio de respeito e acolhimento que o profissional deve garantir.

Em relação aos testes utilizados no contexto de avaliações psicológicas, julgue os itens a seguir.

**102** Conforme disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo, será considerada falta ética a utilização de testes

psicológicos com parecer desfavorável ou que constem na lista de testes psicológicos não avaliados no *site* do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), exceto nos casos de pesquisa amparados pela legislação vigente e nas situações de ensino com objetivo formativo e histórico na psicologia.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva reproduz a previsão do art. 12, parágrafo único, da Resolução CFP n.º 31/2022.

- 103** A técnica do desenho da casa-árvore-pessoa (HTP), as pirâmides coloridas de Pfister e a bateria fatorial de personalidade (BFP) são testes que podem ser utilizados para avaliar personalidade em adultos e atualmente constam como favoráveis no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI).

JUSTIFICATIVA - Certo. Segundo dados coletados no SATEPSI: A técnica do desenho da casa-árvore-pessoa (HTP): avaliação psicológica no contexto brasileiro

**Favorável**

**Construto**

Personalidade, técnicas projetivas

**Público-alvo**

De 6 até 90 anos

**Idade da amostra de normatização**

De 6 até 90 anos

**Data aprovação**

9/12/2023

**Prazo dos estudos de validade**

9/12/2038

Bateria fatorial de personalidade (BFP) Favorável

**Construto**

Personalidade

**Público-alvo**

Adolescentes e adultos

**Idade da amostra de normatização**

De 10 até 75 anos

**Data aprovação**

1.º/8/2009

**Prazo dos estudos de normatização**

1/8/2024 – atualização de normas em avaliação

**Prazo dos estudos de validade**

1.º/8/2029

As pirâmides coloridas de Pfister

**Favorável**

**Construto**

Personalidade

**Público Alvo**

De 18 a 66 anos

**Idade da amostra de normatização**

De 18 até 66 anos

**Data aprovação**

22/1/2005

**Prazo dos estudos de normatização**

22/01/2020 – atualização de normas aprovada na Plenária de 17/04/2020, com vigência até 17/4/2035

**Prazo dos estudos de validade**

22/1/2025

Internet: <<https://satepsi.cfp.org.br>>.

- 104** Os testes psicológicos compreendem uma variedade de instrumentos — a exemplo de testes padronizados, escalas, inventários, questionários, além de métodos projetivos e expressivos — que são utilizados para a avaliação de diferentes aspectos psicológicos e comportamentais.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o artigo 10 da Resolução CFP n.º 31/2022, que estabelece diretrizes para a realização de avaliação psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, os testes psicológicos abarcam os seguintes instrumentos: I testes; II escalas; III inventários; IV questionários; V métodos projetivos e expressivos.

- 105** Testes de inteligência como as escalas de inteligência Wechsler são utilizados na psicologia apenas para avaliar a capacidade intelectual geral, não sendo relevantes para identificar áreas específicas de habilidade ou dificuldade do indivíduo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os testes de inteligência, como a Escala de Inteligência Wechsler, não apenas avaliam a capacidade intelectual geral, mas também fornecem um perfil detalhado de habilidades e dificuldades específicas em diversas áreas, como raciocínio verbal, raciocínio perceptual, memória de trabalho e velocidade de processamento. Essa informação é essencial para um entendimento mais abrangente das capacidades cognitivas do indivíduo.

Sandra, de 45 anos de idade, é uma mulher que frequenta regularmente a UBS de sua região. Em atendimento em psicologia, ela relatou sentir-se frequentemente cansada, desmotivada e com dificuldades para dormir. Além disso, mencionou sentir um peso constante no peito e preocupações excessivas com o futuro, o que afeta seu trabalho e suas relações familiares. Durante a entrevista inicial, Sandra relatou um histórico de episódios de tristeza profunda e desânimo nos últimos meses, mas negou uso de substâncias psicoativas. Ela afirmou estar disposta a fazer mudanças em sua rotina e melhorar sua saúde mental, mas disse não saber por onde começar.

Tendo como referência o caso clínico hipotético precedente, julgue os itens subsequentes.

- 106** Durante a entrevista inicial, como a realizada com Sandra, é recomendável que o psicólogo utilize perguntas abertas para incentivar a expressão espontânea dos sentimentos e das preocupações do paciente, o que facilita a compreensão mais ampla do seu estado emocional.

JUSTIFICATIVA - Certo. O uso de perguntas abertas na entrevista inicial é uma técnica eficaz para promover um ambiente acolhedor, permitindo que o paciente, como Maria, compartilhe suas experiências e sentimentos de maneira mais detalhada. Isso facilita a construção de um vínculo terapêutico e possibilita ao psicólogo uma compreensão mais aprofundada do contexto emocional e das necessidades do paciente.

- 107** Os sintomas predominantes relatados pela paciente, como tristeza persistente, sensação de desesperança e falta de energia, devem ser considerados no diagnóstico diferencial entre transtorno de ansiedade e transtorno depressivo maior.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme a literatura de referência, no diagnóstico diferencial entre transtorno de ansiedade e transtorno depressivo maior, a identificação dos sintomas predominantes é essencial para um diagnóstico preciso. Enquanto ambos os transtornos podem compartilhar sintomas, como dificuldade para dormir, é importante observar características específicas, como tristeza persistente e desesperança, que são mais típicas do transtorno depressivo maior.

- 108** No caso em tela, é fundamental que o psicólogo adote a técnica terapêutica da entrevista motivacional, assumindo uma postura diretiva, impondo à paciente as mudanças necessárias para a efetividade do tratamento.

JUSTIFICATIVA - Errado. Na entrevista motivacional, o psicólogo adota uma postura não diretiva e colaborativa, buscando explorar e fortalecer a motivação interna do paciente para a mudança. O objetivo é ajudar o paciente a identificar e articular seus próprios motivos para mudar, sem impor soluções ou direcionar o processo de forma autoritária.

- 109** A entrevista motivacional é a técnica terapêutica mais indicada para o caso em questão, pois é focada em aumentar a motivação do paciente para mudanças comportamentais,

não sendo indicada para casos em que o paciente apresente resistência ou ambivalência em relação à mudança.

**JUSTIFICATIVA** - Errado. A entrevista motivacional é especialmente indicada para casos em que o paciente apresenta resistência ou ambivalência em relação à mudança, pois seu objetivo é explorar e resolver essa ambivalência, ajudando o paciente a encontrar motivos pessoais para adotar novas atitudes e comportamentos de forma mais eficaz.

A respeito da elaboração de documentos psicológicos, julgue os itens que se seguem.

**110** Os documentos psicológicos devem, em regra, apresentar descrições literais dos atendimentos realizados, para a efetiva validação das informações fornecidas pelo profissional.

**JUSTIFICATIVA** - Errado. Resolução CFP nº 06/2019: Art. 6.º O documento psicológico constitui instrumento de comunicação que tem como objetivo registrar o serviço prestado pela(o) psicóloga(o). (...) § 5.º Os documentos psicológicos não devem apresentar descrições literais dos atendimentos realizados, salvo quando tais descrições se justificarem tecnicamente.

**111** Todo documento produzido pelo psicólogo em decorrência da prestação de serviços psicológicos deve levar em consideração a natureza dinâmica, não cristalizada e não definitiva do fenômeno psicológico.

**JUSTIFICATIVA** - Certo. Resolução CFP nº 06/2019: Art. 5.º Os documentos psicológicos devem ser elaborados conforme os princípios de qualidade técnica e científica presentes neste regulamento. (...) § 3.º O documento escrito resultante da prestação de serviços psicológicos deve considerar a natureza dinâmica, não definitiva e não cristalizada do fenômeno psicológico.

Beto, de 4 anos de idade, foi levado por seus pais a avaliação psicológica por encaminhamento escolar.

De acordo com o relato dos pais, “Beto sempre teve problemas para comer. Ele é de época. Tem épocas em que só quer comer batata frita. Passa a fase e ele só aceita carne vermelha ou biscoito de arroz — e tem que ser da marca que ele gosta. Caso contrário, é muito choro e muito grito. Verdura ou fruta não adianta nem tentar. Nunca aceitou. Beto sempre foi uma criança tranquila, sempre dormiu bem. Desde pequeno, era capaz de adormecer sem auxílio. Mas sempre foi muito chorão. Na escola, participa pouco das atividades em conjunto. Temos a impressão de que é por ele ter dificuldade em dividir, em ser contrariado e falar de maneira que o outro entenda” (*sic*).

Segundo relato da professora, “Beto é uma criança agressiva, que passa a maior parte do tempo isolada, com baixa habilidade de corrida e dificuldade no manejo da tesoura, e ainda apresenta dificuldade em atender a comandos. Se deixar, ele passa o dia todo desenhando suas garatuhas e agrupando blocos de mesma cor” (*sic*).

Considerando o caso hipotético apresentado, julgue os seguintes itens, referentes à psicologia do desenvolvimento e a teorias e técnicas psicoterápicas.

**112** Os objetivos da avaliação psicológica de Beto estarão intrinsecamente relacionados ao motivo do encaminhamento.

**JUSTIFICATIVA** - Certo. A avaliação psicológica poderá ter mais de um objetivo de acordo com o motivo do encaminhamento. Os objetivos delimitarão o processo e conduzirão as hipóteses a serem levantadas.

**113** Em se tratando de desenvolvimento infantil, é correto afirmar que Beto ainda não alcançou, em seu comportamento, a capacidade de planejamento dirigida ao objetivo, visto que tal capacidade só é desenvolvida aos

5 anos de idade.

**JUSTIFICATIVA** - Errado. De acordo com a literatura na área da psicologia do desenvolvimento, a capacidade de planejamento dirigido ao objetivo no comportamento já é esperada aos 20 meses de idade.

**114** Conforme o curso esperado do desenvolvimento infantil, Beto teria aprendido a correr antes de desenvolver a habilidade de usar um lápis.

**JUSTIFICATIVA** - Certo. É esperado, no curso do desenvolvimento típico, que as habilidades motoras grosseiras (correr, pular, saltar) antecedam as habilidades manipulativas ou motoras finas (pegar um lápis, fazer recortes precisos).

**115** No que se refere à evolução no grafismo, é correto afirmar que as garatuhas apresentadas por Beto, assim como o desenho de unidades isoladas e rabiscos, são categorias de desenhos alcançadas por crianças com até 30 meses de idade.

**JUSTIFICATIVA** - Errado. Compreendendo as etapas do desenvolvimento gráfico infantil, os rabiscos se desenvolvem até os 30 meses, enquanto as unidades isoladas, entre 30 e 46 meses.

**116** Beto apresenta características de transtorno fóbico com início na infância, tais como isolamento, comprometimento da comunicação e choro excessivo.

**JUSTIFICATIVA** - Errado. No que se refere à fobia específica, em linhas gerais, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM 5 - TR) descreve como critérios diagnósticos: medo ou ansiedade acentuados de um objeto ou situação, provocando reações imediatas no indivíduo. O objeto ou a situação é ativamente evitado ou mesmo suportado com intensa ansiedade ou sofrimento, sendo este último desproporcional em relação ao perigo real imposto pelo objeto ou pela situação específica. Entre outras especificidades, tem-se medo, ansiedade ou esquiva persistente, geralmente com duração superior a seis meses, causando sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento global.

**117** Consideradas as contribuições de Jean Piaget, é correto afirmar que o comportamento de Beto no que se refere ao agrupamento de blocos de mesma cor condiz com o estágio operatório-concreto.

**JUSTIFICATIVA** - Errado. O comportamento de agrupamento de objetos por cor não caracteriza o estágio operatório-concreto (7-11 anos). Este é caracterizado pela capacidade de a criança pensar logicamente sobre objetos e eventos; compreensão de unidades de medida, classificação de objetos de acordo com mais de uma característica. O estágio que antecede o operatório-concreto, de acordo com as contribuições de Piaget, é o pré-operatório (2-7 anos), marcado ainda por pensamento egocêntrico, classificação de objetos por apenas uma característica, uso da linguagem e representação de objetos por imagem e palavras.

**118** Para a avaliação psicológica de Beto, é essencial a inclusão de testes padronizados para a investigação de autismo, dadas as características da criança relatadas tanto pelos pais quanto pela professora.

**JUSTIFICATIVA** - Errado. A avaliação psicológica pode incluir diversos procedimentos de medida e instrumentos e pode incluir ou não testes padronizados como recursos para a confirmação ou refutação das hipóteses, independentemente da dúvida diagnóstica.

**119** A avaliação psicológica de Beto deverá fornecer informações cientificamente embasadas e fundamentadas que orientem as tomadas de decisão, com base no funcionamento psicológico da criança.

**JUSTIFICATIVA** - Certo. A avaliação psicológica almeja fornecer informações cientificamente embasadas que orientam a conduta e a tomada de decisão, considerado o funcionamento psicológico da

criança em questão.

- 120** Pela idade de Beto e pelo quadro clínico que ele apresenta, recomenda-se a utilização da entrevista lúdica como técnica estruturada no atendimento clínico.

JUSTIFICATIVA - Errado. A entrevista lúdica não é uma técnica estruturada. Trata-se de uma técnica não padronizada muito utilizada com crianças em contexto clínico. Por meio dela, é possível avaliar as representações de conflitos infantil, as relações objetais, a adequação do comportamento às fases do desenvolvimento, as emoções envolvidas, entre outros aspectos.

- 121** Na avaliação psicológica de Beto, devem ser considerados não apenas o seu nível de desenvolvimento infantil, mas também suas possíveis alterações, bem como seu nível cognitivo, sua afetividade, sua atenção, seu humor, suas habilidades sociais, entre outros aspectos.

JUSTIFICATIVA - Certo. No caso de Beto, é importante a avaliação do nível do desenvolvimento, suas alterações, nível cognitivo, afetividade, humor, habilidades sociais, características percepto-sensoriais etc.

- 122** O contexto escolar deverá ser levado em consideração na avaliação psicológica de Beto.

JUSTIFICATIVA - Certo. No contexto em tela, devem ser considerados não apenas os aspectos e particularidades da criança, mas também seu contexto familiar e escolar.

- 123** A pouca idade de Beto inviabiliza a utilização de métodos projetivos em sua avaliação psicológica.

JUSTIFICATIVA - Errado. Métodos projetivos no processo avaliativo infantil são sugeridos frente à vantagem de possuir uma aplicação acessível, além de favorecerem a observação e avaliação do desempenho e padrão comportamental da criança. Além disso, é possível afirmar que revelam com mais clareza características do funcionamento psíquico e dinâmica da personalidade que a criança, por ventura, não reconheça ou hesite em admitir quando questionada diretamente.

No que concerne à psicopatologia, julgue os itens a seguir.

- 124** Sintomas como insônia e aumento do apetite podem estar presentes tanto em quadros de abstinência de estimulantes quanto em quadros de abstinência de tabaco.

JUSTIFICATIVA - Certo. Segundo o DSM 5-TR, em linhas gerais, são sintomas da abstinência por estimulantes: fadiga, insônia ou hipersonia, aumento do apetite, retardo ou agitação psicomotora, etc. (Critério B). No que se refere à abstinência de tabaco, os sintomas são: irritabilidade, ansiedade, dificuldade de concentração, aumento de apetite, inquietação, humor deprimido, etc. (Critério B).

- 125** Insônia ou hipersonia frequentes, agitação ou retardo psicomotor, comprometimento da concentração e presença de episódios hipomaniacos podem ser características do transtorno depressivo maior.

JUSTIFICATIVA - Errado. O transtorno depressivo maior é caracterizado pela ausência de episódios maníacos e hipomaniacos, podendo ser marcado, entre outros sintomas, por insônia ou hipersonia frequentes, agitação ou retardo psicomotor, comprometimento da concentração etc.

- 126** Em se tratando de diagnóstico diferencial, deve-se considerar o diagnóstico de esquizofrenia caso o paciente apresente sintomas psicóticos exclusivamente durante os episódios depressivos maiores.

JUSTIFICATIVA - Errado. Em caso de presença de sintomas psicóticos exclusivamente durante os episódios depressivos maiores, exclui-se o diagnóstico de esquizofrenia e considera-se o

diagnóstico de transtorno bipolar tipo II com sintomas psicóticos.

- 127** Ataques de pânico recorrentes marcados por medo intenso associado a sudorese, sensação de asfixia, náusea ou dor torácica são características do transtorno de pânico.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM 5-TR), o transtorno de pânico é marcado, em linhas gerais, por ataques de pânico recorrentes e inesperados associado a quatro ou mais sintomas, tais como: palpitações, taquicardia; sudorese; tremores ou abalos; sensações de asfixia, dor ou desconforto torácico; náusea; sensação de tontura; medo de perder o controle; medo de morrer (Critério A).

- 128** Transtorno de ansiedade social e mutismo seletivo são diagnósticos excludentes.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os dois diagnósticos devem ser estabelecidos nos casos em que estiverem presentes a ansiedade social e a esquia no transtorno de ansiedade social, assim como os critérios diagnósticos para o mutismo seletivo.

**Espaço livre**

Margarida, de 72 anos de idade, foi levada por sua filha, Ângela, ao pronto-socorro, por apresentar quadro de desorientação temporal e espacial, anosognosia, agressividade e recusa alimentar. Segundo Ângela, há alguns meses sua mãe vem apresentando prejuízos de memória e de aprendizagem; inicialmente, associou o declínio de Margarida à perda de uma amiga muito próxima e até levou a mãe à consulta com geriatra, que solicitou alguns exames laboratoriais complementares à avaliação clínica. Nesse contexto, Margarida iniciou medicação para o tratamento de possível quadro depressivo. Tendo percebido a fraqueza da mãe devido à recusa alimentar e sua piora progressiva em pouco tempo, Ângela resolveu levá-la ao pronto-socorro, onde Margarida está internada há dois dias, para melhor investigação do quadro.

Considerando esse caso clínico hipotético, julgue os itens a seguir, referentes ao processo de envelhecimento, a doenças crônicas e degenerativas e à saúde mental na terceira idade.

**129** A avaliação da funcionalidade global deve ser levada em consideração no caso de Margarida.

JUSTIFICATIVA - Certo. A avaliação da saúde da pessoa idosa deve ser realizada de maneira cuidadosa e minuciosa, levando-se em consideração o relato de informantes e tendo-se, como critério fundamental, a avaliação da funcionalidade global do paciente.

**130** O miniexame do estado mental (MEEM) é um instrumento padronizado que poderá ser aplicado na avaliação de Margarida.

JUSTIFICATIVA - Certo. O miniexame do estado mental é um instrumento padronizado de fácil e rápida aplicação, amplamente consolidado no rastreio de funções cognitivas e no estadiamento da progressão das demências.

**131** A investigação complementar é indispensável para o diagnóstico diferencial e a identificação etiológica em quadros demenciais como o apresentado por Margarida.

JUSTIFICATIVA - Certo. Em se tratando especialmente de terceira idade e quadros demenciais como, por exemplo, o da doença de Alzheimer, é fundamental a investigação complementar para fins de diagnóstico diferencial e identificação etiológica.

**132** Na doença de Alzheimer, os sintomas cognitivos tendem a preceder os sintomas depressivos, tal qual se observa no caso de Margarida.

JUSTIFICATIVA - Errado. Na doença de Alzheimer, os sintomas neuropsiquiátricos tendem a preceder os sintomas cognitivos. É frequente, inclusive, que uma proposta medicamentosa seja utilizada no tratamento de sintomas depressivos sem mesmo que se levante qualquer suspeita inicial da doença de Alzheimer.

**133** Além da agressividade, ainda podem surgir no quadro de Margarida sintomas como apatia, ansiedade, irritabilidade e distúrbios do sono.

JUSTIFICATIVA - Certo. Em quadros demenciais tais como o da doença de Alzheimer, sintomas neuropsiquiátricos — por exemplo, apatia, irritabilidade, ansiedade (de cunho antecipatório), distúrbios do sono, delírio, comportamento motor aberrante etc. — tendem a preceder os sintomas cognitivos.

**134** O prejuízo visuoespacial apresentado por Margarida é critério clínico essencial para fins diagnósticos em quadros demenciais, conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5 TR).

JUSTIFICATIVA - Errado. Apesar de as habilidades visuoespaciais serem um dos domínios que podem ser afetados em demências, seu comprometimento não constitui critério essencial para o diagnóstico do quadro. Pode haver prejuízo na capacidade de adquirir e lembrar de informações novas; no raciocínio; na linguagem; na

personalidade, no comportamento ou na conduta. Entretanto, faz-se necessário observar que, para fins diagnósticos, o comprometimento cognitivo ou comportamental deverá necessariamente envolver dois desses domínios.

**135** A apresentação característica amnésica pode ser sugestiva de síndrome de transtorno neurocognitivo, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5 TR).

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, na síndrome de transtorno neurocognitivo e na doença de Alzheimer, a apresentação característica é amnésica.

**136** A anosognosia apresentada por Margarida é um sinal importante a ser considerado diante de um possível quadro demencial, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5 TR).

JUSTIFICATIVA - Certo. A anosognosia representa a perda da capacidade de reconhecimento da doença ou do déficit em um domínio. Em casos de comprometimento da memória, pode contribuir para a hipótese diagnóstica, especialmente no início do quadro.

**137** Eventual avaliação cognitiva de Margarida consistirá em uma avaliação neuropsicológica a ser realizada por médico em conjunto com psicólogo, a fim de que sejam identificados os domínios prejudicados e proposta, multidisciplinarmente, a devida intervenção.

JUSTIFICATIVA - Errado. A avaliação cognitiva é parte do exame neurológico a ser realizado em pacientes de enfermaria. Dada a necessidade de que sejam associadas a compreensão do quadro e a praticidade do ambiente da enfermaria, o exame à beira do leito tem a finalidade de definir, de forma breve e concisa, os prejuízos apresentados pelo paciente que se encontra internado. Uma avaliação cognitiva não constitui uma avaliação neuropsicológica.

**138** Testes cognitivos de rastreio são recomendados no caso de Margarida, apesar de não permitirem uma avaliação global de sua cognição.

JUSTIFICATIVA - Errado. Testes cognitivos de rastreio são frequentemente utilizados na avaliação global da cognição, uma vez que constituem instrumentos estruturados de aplicação usualmente rápida e breve.

Em relação à dependência química e à atuação do psicólogo em equipes multi e interdisciplinares, julgue os próximos itens.

**139** Nos casos de dependência química, o foco das práticas interdisciplinares se concentra na atuação verticalizada e nos saberes individuais, com objetivos pactuados entre os profissionais envolvidos.

JUSTIFICATIVA - Errado. No caso de transtornos aditivos, a prática interdisciplinar é fundamentada numa coordenação compartilhada em que há interação entre diversas disciplinas, com horizontalidade e soluções construídas coletivamente. O foco nas disciplinas, sem articulação ou cooperação, é característico das práticas multidisciplinares. Na esfera transdisciplinar, o sistema contempla múltiplos níveis, com objetivos pactuados, sem fronteira entre as disciplinas, com horizontalidade e transversalidade de ações.

**140** Disartria, nistagmo e hiperatividade autonômica são sintomas de intoxicação por benzodiazepínicos.

JUSTIFICATIVA - Errado. A hiperatividade autonômica é sintoma de abstinência por benzodiazepínico. São sintomas de intoxicação por benzodiazepínicos: disartria, incoordenação, nistagmo, déficit cognitivo, estupor, coma, etc.

- 141 Entrevistas motivacionais são recomendadas como tratamento do transtorno por uso de maconha.  
JUSTIFICATIVA - Certo. O tratamento de transtorno por uso de maconha envolve terapia cognitivo-comportamental e suas variações, tais como entrevistas motivacionais e prevenção de recaída. Além disso, são possíveis o manejo de contingências, grupos de ajuda mútua e meditação *mindfulness*.
- 142 Na redução de danos, utiliza-se uma abordagem não coercitiva e sem julgamento, oposta à abstinência e focada no cuidado ampliado.  
JUSTIFICATIVA - Errado. Redução de danos é um conjunto de políticas e práticas destinadas a minimizar as consequências adversas do uso de substâncias. Entre seus princípios e suas diretrizes, incluem-se o compromisso (uso de abordagem não coercitiva e sem julgamento) e o cuidado ampliado (não é contrário ou oposto à abstinência).
- 143 Ansiedade, insônia e irritabilidade são sintomas emocionais da síndrome de abstinência por opioides.  
JUSTIFICATIVA - Certo. Entre os efeitos emocionais da síndrome de abstinência por opioides, incluem-se ansiedade, insônia, fissura e irritabilidade, por exemplo.
- 144 A avaliação de riscos de intoxicação ou de sintomas graves de abstinência, assim como de suicídio, deve compor a avaliação inicial de transtornos por adição.  
JUSTIFICATIVA - Certo. A escuta ativa, assim como o desenvolvimento da aliança terapêutica, deve ser contemplada como estratégia para a avaliação inicial em casos de transtornos aditivos. É fundamental a avaliação de riscos para agressão, suicídio, intoxicação ou sintomas graves de abstinência.
- 
- Julgue os itens que se seguem, relativos a pesquisa e intervenção nas organizações.
- 145 A gestão baseada em evidências é um conjunto de práticas para a tomada de decisão embasadas no pensamento científico e nas melhores evidências disponíveis para a sustentação de decisões organizacionais.  
JUSTIFICATIVA - Certo. A gestão baseada em evidências é um conjunto de práticas para tomadas de decisões mais efetivas, o que genericamente significa traduzir ou aplicar princípios baseados nas melhores evidências em práticas organizacionais e tomar decisões organizacionais baseadas na melhor evidência científica disponível, resolvendo assim, problemas organizacionais.
- 146 Define-se a validade de um instrumento como a sua capacidade de reproduzir um resultado de forma consistente, no tempo e no espaço.  
JUSTIFICATIVA - Errado. Confiabilidade é a capacidade de reproduzir um resultado de forma consistente, no tempo e no espaço. Validade consiste na propriedade de um instrumento medir exatamente o que se propõe.
- 147 Pesquisas de cunho qualitativo tendem a ser descritivas; nelas, não se procura explicar nexos causais estritos.  
JUSTIFICATIVA - Certo. As pesquisas qualitativas são descritivas, e, para que haja explicação, é necessário um desenho de pesquisa experimental.
- 148 A avaliação de um programa de preparação para a aposentadoria requer uma abordagem multimétodo.  
JUSTIFICATIVA - Certo. Avaliações de programa requerem desenhos quase experimentais para evidenciar os nexos causais do programa e uma abordagem multimétodo para evidenciar o grau de efetividade do programa. Avaliações com uma única abordagem e estratégia tendem a ser incompletas.
- 149 Pesquisas sobre assédio moral requerem necessariamente o uso de entrevistas em profundidade.  
JUSTIFICATIVA - Errado. Podem existir pesquisas sobre assédio moral com uso de questionário e abordagem quantitativa. Isso depende apenas do propósito da pesquisa.
- 
- Julgue os seguintes itens, referentes à relação entre o indivíduo e o contexto organizacional, bem como à gestão de comportamento nas organizações.
- 150 No âmbito do gerenciamento de conflitos, a capacidade de gestão consiste em lograr a superação das tensões existentes nos grupos, canalizando-as para objetivos coletivos concatenados com os objetivos organizacionais.  
JUSTIFICATIVA - Certo. A capacidade administrativa de lidar com as pessoas consiste em lograr a superação das tensões existentes nos grupos, canalizando-as para objetivos coletivos que sejam alinhados aos objetivos organizacionais, o que aponta para a necessidade do estabelecimento de metas superordinadas (acima das diferenças individuais e grupais e consideradas importantes por todos), que sejam valorizadas, em maior ou menor grau, por todos os membros da organização.
- 151 Respeito e informações claras são elementos suficientes para uma relação negocial positiva.  
JUSTIFICATIVA - Errado. Negociação é uma técnica usada na resolução de conflitos. Segundo a literatura, existem três elementos primordiais para uma boa relação negocial: respeito, informações claras e uma boa comunicação entre os negociantes.
- 152 A solução dos conflitos no trabalho está diretamente associada à capacidade de negociação dos gestores.  
JUSTIFICATIVA - Certo. Segundo a literatura de referência na área, a solução dos conflitos está diretamente ligada à capacidade de negociação dos gestores, pois estes são capazes de influenciar sua equipe e diminuir as diferenças que porventura possam surgir.
- 153 A mediação de conflitos é uma técnica de resolução de conflitos cujo único propósito é encontrar uma solução pacífica e cooperativa para uma disputa.  
JUSTIFICATIVA - Errado. A mediação de conflitos é uma técnica de resolução de conflitos caracterizada por meio da intervenção de um terceiro imparcial e capacitado, o mediador. De acordo com a literatura de referência, a mediação de conflitos possui três principais objetivos: facilitar a comunicação e a compreensão entre as partes envolvidas; identificar e explorar opções de solução do conflito que atendam às necessidades e aos interesses de ambas as partes; promover o desenvolvimento de acordos duradouros e mutuamente satisfatórios.
- 154 A fase do conflito interpessoal é um componente dos estágios de funcionamento de grupos.  
JUSTIFICATIVA - Certo. Na literatura da área, é descrito um conjunto de cinco fases, embora a última delas nem sempre esteja presente, por caracterizar somente tipos específicos de grupos. As fases ora referidas recebem as seguintes denominações: formação, conflito, normatização, desempenho e desintegração.
- 155 O paradigma do grupo mínimo é comum a todos os grupos e pode explicar conflitos existentes no interior de grupos ou entre grupos.  
JUSTIFICATIVA - Certo. Paradigma do grupo mínimo é um fenômeno que ocorre quando o sujeito beneficia seu próprio grupo em detrimento do outro, mesmo quando o grupo do sujeito é formado recentemente, de maneira aleatória e não apresenta histórico de relação anterior. O paradigma do grupo mínimo foi estudado por Tajfel, nos anos de 1960, em uma série de diversos experimentos que até a atualidade continuam sendo replicados, e constitui objeto de publicações diversas. O paradigma do grupo mínimo explica a ocorrência de diversos conflitos intra e

intergrupais.

- 156** Os conflitos ocorridos dentro das organizações representam um índice sempre negativo nas relações institucionais, pois prejudicam principalmente a produtividade e o desempenho organizacional.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os conflitos dentro das organizações eram vistos, em passado recente, como um ponto negativo nas relações institucionais, pois demonstravam ambiente desfavorável para a realização das atividades necessárias para a produtividade e o desempenho das empresas. Hoje, esse entendimento não mais perdura. Há uma crescente visão de que existem conflitos positivos e que favorecem o crescimento grupal e a resolução de problemas.

No que diz respeito à saúde no trabalho, à atuação do psicólogo e ao assédio moral e sexual, julgue os itens subsequentes.

- 157** É facultada ao psicólogo e aos profissionais de saúde a notificação de agravos e de situações de risco para a saúde dos trabalhadores.

JUSTIFICATIVA - Errado. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) aponta cinco pontos no que diz respeito à atuação do psicólogo no campo da saúde do trabalhador. Em todas essas formas de atuação, é frisada a necessidade da participação dos trabalhadores nas ações voltadas para a proteção e a promoção da saúde como sujeitos capazes de contribuir com o seu conhecimento para uma compreensão do impacto do trabalho sobre o processo saúde/doença. De acordo com o CFP, as ações devem ser desenhadas a partir das singularidades que conformam cada território. O primeiro ponto é a notificação de agravos e de situações de risco para a saúde dos trabalhadores. Segundo o Ministério da Saúde, no Manual de Doenças Relacionadas ao Trabalho (2001), um dos agravos de notificação compulsória são os transtornos mentais relacionados ao trabalho. Nesse sentido, o psicólogo trabalhará notificando o transtorno mental através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), já utilizado na rede de vigilância à saúde (CFP, 2008).

- 158** A falta de discernimento entre poder e autoridade está na origem dos comportamentos abusivos.

JUSTIFICATIVA - Certo. Segundo a literatura especializada, as causas do adoecimento e do assédio moral estão enraizadas na cultura organizacional e nas estruturas de poder nas organizações e na sociedade. Os episódios recorrentes de assédio são vistos como exercício de exacerbação do poder de alguns indivíduos sobre outros, em razão de preconceitos, discriminação, relações desiguais. O indivíduo, na maioria das vezes, utiliza recursos de autoridade do cargo para exercer inadequadamente poder sobre outros indivíduos.

- 159** Em geral, o trabalhador vive de forma solitária tanto os sintomas quanto a trajetória de busca por uma resolução para problemas de saúde que afetam a sua produtividade.

JUSTIFICATIVA - Certo. Quando o trabalhador percebe que não tem mais condições de atingir a meta de produção, inicia-se uma trajetória de busca de resolução de seu problema de saúde, que é vivida, na maioria das vezes, de forma solitária, uma vez que o trabalhador não conta com o coletivo para ampará-lo. Os dados de pesquisa com trabalhadores adoecidos mostram essa realidade de solidão ao vivenciar o sintoma.

- 160** As práticas gerenciais de gestão por estresse visam essencialmente ao bem-estar dos trabalhadores e ao aumento do seu envolvimento no trabalho.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo a literatura, há um processo no qual a violência e o adoecimento estão inseridos nos aparatos, nas estruturas e nas políticas organizacionais ou gerenciais, o que é abusivo e inadequado. O propósito é exercer o gerenciamento do trabalho e do grupo visando à produtividade e ao controle organizacional. Nesse contexto, o assédio se configura mediante práticas como gestão por estresse, gestão por injúria, gestão por

medo, exposições constrangedoras de resultados, premiações negativas, ameaças, cobranças exageradas. Tais estratégias de gestão, segundo a literatura especializada, funcionam como uma técnica de aumento do envolvimento no trabalho e também podem ter o efeito de um processo de “seleção natural” dos menos resistentes.